

Intervenção Precoce na Infância : Pelas crianças, com as famílias criamos futuro

Ana Maria Serrano (CIED, Universidade do Minho – Eurllyaid - ANIP)

Comunicação apresentada na *Big Meeting Os primeiros anos contam e agora?* que decorreu na Gulbenkian, Lisboa no dia 17 de setembro de 2021

Esta comunicação visa falar da importância da Intervenção Precoce na Infância (IPI), assim como descrever o que é a IPI e quais as práticas baseadas na evidência que sustentam a qualidade das mesmas.

Começo por referir a importância da IPI. que, segundo Guralnick (2012), assenta fundamentalmente em 3 razões: humanitária, visando responder às necessidades das famílias em períodos de maior *stress*, focando-se em aspetos que reforçam e melhoram o funcionamento das famílias; a plasticidade neuronal, alterando a trajetória de desenvolvimento durante uma *janela de oportunidade* (mecanismos neurobiológicos e comportamentais); e o investimento na primeira infância gera benefícios a longo prazo mostrando que quanto mais cedo for feito esse investimento maior é a taxa de retorno do capital humano.

Os programas e políticas de IPI destinam-se a três grupos de crianças e suas famílias: crianças com problemáticas estabelecidas (ex.: paralisia cerebral, síndrome de Down, etc.), crianças com atraso de desenvolvimento e crianças que apresentam fatores de risco de desenvolvimento.

Uma criança enquanto tal não existe, ela precisa de uma família para crescer saudável e feliz.

Como dizia Garbarino (2008) :

“O meu mentor, Urie Bronfenbrenner, dizia que a chave para um bom desenvolvimento na infância é que a criança tenha pelo menos um adulto que a adore, alguém que acredita que o sol nasce e se põe nos olhos dessa criança. Este comprometimento é intensamente individualizado.”

Por sua vez as famílias também se encontram inseridas numa comunidade e interagem com um conjunto de elementos de apoio, informais e formais que são cruciais para o desempenho eficaz das suas tarefas parentais, tais como os avós e família alargada, os amigos os vizinhos, os companheiros de trabalho, os profissionais de saúde, os profissionais de educação etc.

Nas palavras de Dunst (2017), “as famílias são sistemas complexos que funcionam num contexto de sistemas sociais igualmente complexos” (p. 52). A criança e a família não existem no vácuo, mas sim como parte de um contexto ecológico mais amplo (Epe-Sherwindt & Serrano 2020).

Os resultados da investigação demonstram que o apoio social, o bem-estar pessoal, os estilos de interação dos pais e o desenvolvimento infantil estão conceitualmente e

empiricamente relacionados, e que as mudanças no desenvolvimento infantil se atribuem essencialmente ao apoio social e ao bem-estar da família. Assim, o apoio social funciona como uma “rede de segurança” no apoio às tarefas parentais desempenhadas pelas famílias que se revela crucial na manutenção de um bem-estar emocional o qual, por sua vez, facilita interações positivas no relacionamento com as crianças e conseqüentemente um resultado desenvolvimento positivo e saudável da criança. Uma rede de segurança que pode segurar as famílias ou evitar que elas caiam

Singer, Maul, Wang e Ethridge (2017) apontam que o stress vivenciado pelas famílias que têm uma criança em risco ou com NEE, não se refere apenas à criança e ao impacto da criança na família; essas famílias também enfrentam os mesmos desafios enfrentados por muitas famílias: divórcio, doenças físicas e mentais, pobreza, isolamento social, bairros inseguros, recursos limitados e acesso limitado aos serviços. Esses elementos de stress, quando associado ao stress de lidar com uma criança com NEE ou em risco, podem ter conseqüências psicológicas e sociais negativas que afetam as interações pais /crianças na família.

Na abordagem sistêmica do desenvolvimento conceptualizada por Guralnick (2011), as práticas de IPI tem que prestar atenção aos três níveis representados no slide 6, isto é, ao desenvolvimento da criança, aos padrões de interação pais /criança e aos recursos internos e externos da família, assim como aos fatores de *stress* que as famílias identificam na sua ecologia. Um dos recursos externos mais poderosos para responder ao *stress* é o apoio social, entendido como um processo transacional: o que acontece fora da família afeta direta e / ou indiretamente a criança, os pais e a família como um todo (Bronfenbrenner, 1992; Dunst, 2017).

Deste modo a qualidade das interações parentais que podem impactar positivamente o desenvolvimento da criança depende de um conjunto de fatores internos e externos que afetam diretamente ou indiretamente o funcionamento das famílias e das crianças (slide 7). Isto é verdade para **todas** as famílias sejam elas famílias com ou sem crianças com NEE ou em risco.

A IPI entra na vida das famílias num momento crítico, que se prende com a informação/a notícia de que existe um problema com o desenvolvimento do seu filho/a. Este momento gera desorganização e desequilíbrio na vida familiar. O papel dos profissionais de IPI é ajudar a família de forma que esta seja capaz de se reorganizar e reequilibrar os seus padrões de interação familiar. Igualmente de uma importância crucial é a forma como essa ajuda é prestada, e a investigação tem comprovado que a utilização de práticas centradas na família, reforça o funcionamento familiar capacitando as famílias. Assim, o trabalho da IPI tem que se centrar na capacitação e apoio do prestadores de cuidados, nomeadamente a família e os elementos que passam mais tempo com a criança (educadores de infância, avós, amas etc...), porque são eles que podem influenciar mais diretamente o comportamento e desenvolvimento da criança. A intervenção direta do profissional com a criança, utilizada nos modelos tradicionais de reabilitação e terapias tem pouco impacto sobre o desenvolvimento da criança, não só pelo tempo reduzido de intervenção, mas também por ser centrada na criança, numa área específica do seu

desenvolvimento, desvalorizando a forma como as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem, ou seja de forma integrada e nas interações continuadas no tempo com o meio (pessoas e materiais).

Como pude descrever acima a abordagem sistémica de IPI, é extremamente complexa e exige um trabalho de equipa transdisciplinar (equipas com diversos profissionais de saúde, educação, terapias, psicologia e segurança social) e a resolução conjunta de problemas, considerando os elementos das famílias como parte ativa de todo o processo de decisão na intervenção, a qual deverá acontecer nos seus contextos naturais. A equipa transdisciplinar caracteriza-se por um conjunto diversificado de profissionais de distintas áreas de saber que apoiam a família através da figura do mediador de caso, elemento da equipa que está mais próximo da família e interage mais de perto com a família e a criança. A existência deste elemento de mediação entre a família e a equipa é fundamental, não só porque ajuda a criar uma relação de confiança e proximidade da família com os serviços de IPI, minimizando deste modo, o stress para a família de ter que lidar com múltiplos profissionais. Isto não significa que o mediador de caso seja um “super profissional” detentor de todos os saberes, mas antes, alguém que tem a equipa por trás e que busca o seu apoio na resolução dos problemas que vai encontrando no apoio à criança e à família. Assim, os profissionais de IPI trabalham de forma coordenada em equipas transdisciplinares para em conjunto tratarem os problemas, extremamente complexos do desenvolvimento das crianças com NEE ou em risco e suas famílias. Todos os saberes são necessários e os das diferentes terapias também, mas a forma como providenciamos esses saberes no apoio é que tem que ser diferente dos modelos reabilitativos tradicionais. O saber dos diferentes profissionais de IPI, pelas razões acima expostas, acredito serem mais eficazes no trabalho com crianças e famílias, do que a interferência de profissionais de uma única esfera, refiro-me por exemplo às terapias, mas poderiam ser outros.

Dunst e Espe-Sherwindt (2017) definem a Intervenção Precoce na Infância como:

“os tipos de apoio parental proporcionado por profissionais da primeira infância e outros membros da rede social que fornecem aos pais tempo e energia, além de conhecimentos e capacidades, para envolverem seus filhos em oportunidades de aprendizagem diárias que promovam e melhorem a confiança e competência da criança e da família” (p. 831).

A IPI em Portugal deixou, há mais de 30 anos atrás, de ser um serviço centrado no apoio das dificuldades específicas da criança e passou a ser pensada com a conjugação de saberes, acerca das influências mútuas biopsicossociais e ecológicas envolventes., exigindo uma mudança paradigmática. Resumindo, em IPI, não fazemos só terapias específicas voltadas para as especificidades das crianças, mas sim, fazemos intervenções que envolvem também as suas famílias e os ambientes onde elas se inserem, afim de promover o bem-estar familiar que por sua vez influencia a qualidade das interações pais criança e o desenvolvimento da criança. Por isso, essa dicotomia que procura separar a criança da família, centrando os apoios apenas na criança, desligados da família, não é

cientificamente sustentável e não deve acontecer, à luz daquilo que sabemos serem as influências sobre o desenvolvimento nos primeiros anos de vida.

No nosso país fizemos um percurso importante desenvolvido ao longo de mais de 3 décadas por profissionais, académicos, políticos e pais e tantas outras pessoas que desenharam e construíram o sistema de IPI vigente, numa lógica de *bottom-up* e que precisamos reforçar e melhorar continuamente, avaliando e monitorizando a qualidade do mesmo. Este percurso conduziu em 2009 à criação de um sistema articulado de serviços, o SNIPI, o qual constitui atualmente um modelo para outros países Europeus com enorme visibilidade na Europa e não só.

Como referiu o Dr. Luís Borges no prefácio do livro “Práticas recomendadas em Intervenção Precoce na Infância: Um guia para profissionais:

“Deitámos a semente à terra e ela frutificou. Temos hoje uma boa seara, mas temos de cuidar dela e, assim, partilhando esforços, podemos olhar confiantes para o futuro da Intervenção Precoce em Portugal.”

Precisamos cuidar da *seara* e o SNIPI precisa de prestar atenção a aspetos cruciais tais como a formação dos profissionais, a qual na minha opinião não tem sido devidamente valorizada. Questões como a formação dos profissionais, mais recursos, garantia de qualidade na seleção dos recursos humanos para as ELI, melhor sistema de despiste do desenvolvimento e estabilidade dos profissionais a trabalhar nas ELI (particularmente na área da Educação) são algumas das questões que os relatórios do trabalho desenvolvido estes anos pelo SNIPI também deixam como preocupação e que necessitam ser melhorados.

No âmbito dum projeto financiado pela Gulbenkian – IM2, e que envolveu uma plataforma de colaboração entre a ANIP, o Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI), a Associação Pais em Rede e as universidades e instituições de ensino superior portuguesas com relevância na área da IPI (designadamente, as universidades do Minho, Porto, Aveiro, Lisboa, Évora e o ISPA), publicamos em 2016 um quadro de referência comum orientador para a atuação dos profissionais de IPI em Portugal: *Práticas Recomendadas em Intervenção Precoce na Infância: Um Guia para Profissionais*, distribuído por todas as Equipas Locais de Intervenção (ELI) e diferentes estruturas do SNIPI. Prova de que a colaboração tem um efeito multiplicador e de expansão, é que esta obra conta já com uma 2ª edição na sua versão portuguesa, atualmente está já traduzida e divulgada na língua inglesa pela Associação Europeia Eurllyaid e encontra-se em fase de tradução para 11 línguas, em países que pretendem replicar as boas práticas em IPI com base no modelo português. Esta iniciativa tem sido corroborada em vários países Europeus em parceria com organizações internacionais que apoiam programas na primeira infância nomeadamente o Projeto AGORA, a UNICEF, a OPEN SOCIETY FOUNDATION e a EASPD.

Termino, reiterando a ideia de que o valor da IPI assenta em muitos alicerces, sendo fundamental não descurar, aquilo que ela deve também ser, em termos éticos e morais. Todas as famílias necessitam de apoio quando nasce uma criança, e isto é particularmente verdade para famílias cujo filho/a possa ter uma necessidade educativa especial ou estar vulnerável a problemas de desenvolvimento. A IPI fornece o enquadramento ideal para identificar as necessidades das famílias e das crianças, providenciando apoios e serviços, que ajudam a responder a essas necessidades e deste modo ajudam também, a fortalecer as famílias, constituindo uma janela única de oportunidade nos primeiros anos de vida das crianças com NEE ou em risco, janela esse cujo tempo de abertura é escasso e não desculpa erros nem decisões infundadas.

Citando Damásio na sua última entrevista à Visão: “O que é preciso é que prevaleçam os factos, é preciso não inventar factos, é essencial não ignorar os factos. Por exemplo, grande parte dos indivíduos que ignoram os problemas relacionados com o clima e as suas consequências para os seres vivos e para a Natureza são indivíduos que estão a ignorar factos. Pode dizer-se que se trata de uma atitude política, mas do que verdadeiramente se trata é de pessoas que têm os factos e que, em vez de acreditarem na Ciência produzida por esses factos e nos argumentos que aí se desenvolvem, ignoram e põem de parte, pura e simplesmente.”

Referências bibliográficas

- Bronfenbrenner, U. (1992). Ecological systems theory. In: VASTA, R. (Ed.), *Six theories of child development: Revised formulations and current issues* (pp. 187-248)
- Dunst, C. J. (2017). Family systems early childhood intervention. In H. Sukkar, C. J. Dunst, & J. Kirkby, (Eds.), *Early childhood intervention: Working with families of young children with special needs* (pp. 38-60). Abing-don, UK: Routledge.
- Dunst, C.J., & Espe-Sherwindt, M. (2017). Contemporary early intervention models, research and practice for infants and toddlers with disabilities and delays. In J. M. Kauffman, D. Hallahan, & P. C. Pullen, (Eds.). *Handbook of special education* (2nd ed., pp. 831-849). New York: Taylor & Francis.
- Espe-Sherwindt, M. & Serrano; A.M. (2020). “I felt alone”: The Importance of Social Support for Early Intervention, *Educação*, v. 43, n. 1, p. 1-9, jan.-abr.
<http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2020.1.35476>
- Garbarino, J. (2008). *Children and the dark side of human experience: Confronting global realities and rethinking child development*. New York: Springer
- Guralnick, M. (2011). Why Early Intervention Works: A Systems Perspective. *Infants & Young Children*, Vol. 24, 1,6–28.

Guralnick, M. (2012). Keynote speech at the Eurllyaid International ECI conference at the University of Minho , Braga.

Singer, G. H. S., Maul, C., Wang, M., & Ethridge, B. L. (2017). Resilience in families of children with disabilities. In J. Kauffman, D. Hallahan, & P. C. Pullen (Eds.), *Handbook of special education* (2nd ed, pp. 793-810). New York, NY: Routledge.